

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N.º , DE 2025
(Do Sr. Ivan Valente, Sra. Duda Salabert)

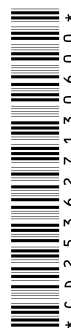
Requeremos a realização de Audiência Pública para debater propostas de superação do uso de combustíveis fósseis, particularmente na Amazônia, considerando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas.

Senhora presidenta,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater propostas de superação do uso de combustíveis fósseis, particularmente na Amazônia, considerando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas.

Convidados dos autores:

1. Nicole Oliveira – Instituto Arayara
2. Nils Asp – Oceanógrafo FURG
3. Márcio Astrini – Observatório do Clima
4. Magda Chambriard – Presidente da Petrobrás
5. Marijane Lisboa – Professora da PUCSP
6. José Antônio Moroni – INESC



JUSTIFICAÇÃO

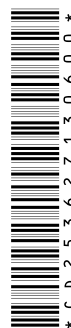
Requeremos a realização de Audiência Pública para debater propostas de superação do uso de combustíveis fósseis, particularmente na Amazônia, considerando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas, tema este que torna-se ainda mais urgente e necessária diante do agravamento de ameaças ambientais que pairam sobre a região, intensificadas pela recente aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei 2519/2023 — conhecido como “PL da Devastação”. A medida, ao flexibilizar o licenciamento ambiental, representa um grave retrocesso socioambiental, abrindo brechas legais para o avanço de empreendimentos de alto impacto em áreas sensíveis da Amazônia Legal.

Tal iniciativa contraria frontalmente os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), especialmente o Acordo de Paris, que visa limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C.

Nesse sentido, frente a iminente realização da 30ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP30), marcada para 2025 na cidade de Belém do Pará, acentua a contradição entre o discurso internacional do país e a pressão exercida por instâncias do próprio governo Federal — como o Ministério de Minas e Energia — sobre órgãos de fiscalização e controle ambientais, minando a credibilidade do Brasil como liderança climática global.

A Amazônia desempenha papel estratégico na regulação climática planetária, sendo responsável por absorver grandes volumes de dióxido de carbono e preservar um dos maiores estoques de biodiversidade do mundo. No entanto, a intensificação da exploração de combustíveis fósseis na região — potencializada pelo PL da Devastação — traz consigo riscos alarmantes: emissões massivas de gases de efeito estufa, desmatamento indireto, contaminação de solos e cursos d’água, ameaça à segurança hídrica, destruição de habitats e impactos irreparáveis sobre os modos de vida de povos indígenas, comunidades ribeirinhas e tradicionais.

Neste contexto, a audiência pública propõe-se como um espaço para promover o debate entre sociedade civil, especialistas, cientistas e representantes do



poder público sobre os riscos e alternativas à exploração de petróleo na Amazônia. Segundo dados do INESC, divulgados recentemente, apenas 0,16% da renda gerada pela exploração de petróleo foi convertida em investimentos em energia limpa no ano de 2024. Isso demonstra que o país está atrasado na promoção de uma transição energética justa, inclusiva e territorialmente adequada, com base em fontes renováveis e descentralizadas, especialmente para a região amazônica.

Além disso, experiências em diferentes localidades do Brasil demonstram que a presença da indústria de petróleo não necessariamente se traduz em melhoria da qualidade de vida da população. Em Macaé (RJ), por exemplo, considerada a “capital nacional do petróleo”, os indicadores sociais não acompanharam o crescimento econômico da indústria. Mesmo com a arrecadação de Royalties, – em 2022, Macaé arrecadou R\$ 1,44 bilhões – dados do IBGE mostram que, entre 2010 e 2020, a taxa de pobreza aumentou na cidade, refletindo a má distribuição dos recursos gerados.

Diante das ameaças representadas pela expansão da fronteira fóssil e pelo enfraquecimento da legislação ambiental, esta audiência pública não é apenas oportuna — é imprescindível. No mês de junho a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realiza leilão para oferta de 172 novos blocos de exploração petrolífera, sendo 47 na Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas.

A realização da presente audiência, portanto, trata-se de um ato de responsabilidade institucional por parte da Câmara dos Deputados, que tem a oportunidade de demonstrar seu compromisso com a preservação do bioma amazônico, com os direitos das populações que nele vivem e com o futuro climático do planeta.

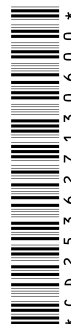
Sala das Comissões, 26 de março de 2025.

Ivan Valente

Deputado Federal - PSOL/SP

Duda Salabert

Deputada Federal – PDT/MG





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Duda Salabert (PDT/MG)

Apresentação: 26/05/2025 14:11:48.053 - CMAD9

REQ n.65/2025



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253627130600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente e outros